

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2012
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/687(XX)v
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP
PARA QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS

Introdução

1. Durante o período de Julho a Dezembro de 2011, o Subcomité para Questões Económicas e Comerciais do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) realizou duas reuniões, nomeadamente, a 11 de Novembro e 9 de Dezembro de 2011, respectivamente, a fim de preparar-se efectivamente para a Cimeira de Janeiro de 2012, subordinada ao tema “Promoção do Comércio Intra-africano. Reuniu-se igualmente a 22 de Dezembro de 2011 para adoptar os relatórios das duas reuniões. As reuniões foram presididas por S.E. Embaixador Mokhtar Chaouchi, Representante Permanente da Tunísia e Presidente do Subcomité.

Composição do Subcomité

2. O Subcomité é composto pelos seguintes Estados-membros: Tunísia (Presidente), Suazilândia (1º Vice-presidente), Chade (2º Vice-presidente), Senegal (3º Vice-presidente), Sudão (Relator), Argélia, Angola, Burundi, Congo, Guiné, Níger, Ruanda, Sierra Leone, Uganda e Zâmbia.

Reunião de 11 de Novembro de 2011

3. A reunião de 11 de Novembro foi realizada com o objectivo principal de reflectir sobre os preparativos para a Cimeira de Janeiro de 2012 sob o tema “Promoção do Comércio Intra-africano. Recorde-se que o Departamento de Comércio e Indústria tinha programado uma série de reuniões em preparação para a Cimeira. Estas incluíam um Retiro em Kuriftu, Adis Abeba, de 25 a 27 de Outubro de 2011, o Fórum Africano sobre o Comércio, 22-24 de Novembro em Addis Abeba, Etiópia, o Workshop Preparatório da AU para a 8ª Conferência Ministerial da OMC, agendada para 27 - 28 de Dezembro de 2011 em Acra, e a 7ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros do Comércio, também agendada para ter lugar em Acra, Gana, de 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2011. Foi, portanto, um momento oportuno para Subcomité do CRP estar estreitamente envolvida nessas actividades e orientar a Comissão adequadamente.

4. Na sequência da apresentação feita pela Comissão dos principais documentos, nomeadamente, o documento temático sobre a Promoção do Comércio Intra-africano, o Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano e o Projecto de quadro, o roteiro e a arquitetura para a aceleração da criação de uma zona continental de comércio livre (ZCCL), o Subcomité levantou as seguintes questões:

- Há necessidade de assegurar que o CRP esteja envolvida em todos os processos e consultas que antecedem a Cimeira.

- A CUA deve desempenhar o papel de Supervisor do processo de integração continental. O Acordo Tripartido actual não é uma iniciativa da União Africana. Futuramente, a CUA deve levar a cabo uma avaliação dos progressos feitos na implementação do Tratado de Abuja. O estudo deve apresentar propostas sobre como os países e as CER podem melhor implementar o Tratado.
- A sugestão de estabelecimento de um acordo semelhante ao Acordo Tripartido SADC-COMESA-EAC na África Ocidental, Central e do Norte não foi suficiente, há necessidade de solicitar estudos para determinar as razões do baixo nível das relações comerciais entre os países destas regiões.
- Foi manifestada preocupação em relação à não implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos da UA e falta de acompanhamento das mesmas.
- A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo deve dar atenção adequada aos desafios enfrentados pelos comerciantes em África e olhar para o comércio intra-africano como a potencial força motriz para impulsionar o crescimento económico no continente.
- Alguns países fazem as suas trocas comerciais numa base bilateral, mas em geral há uma falta de informação sobre o comércio, bem como de facilitação e normas que regem o comércio no continente.
- Relativamente à Arquitectura, a Comissão deve ter em conta a decisão da Cimeira de Malabo, a qual prevê que a Conferência dos Ministros da Integração deixará de existir.
- O Conselho Africano de Comércio e Integração proposto é uma burocracia desnecessária. Há necessidade de reunir sinergias nas Relações Económicas e Comerciais.
- O Tratado de Abuja poderá ser revisto não obstante estar ainda em vigor?

5. Posteriormente, o Subcomité fez as seguintes propostas com vista a reforçar os documentos:

- Há necessidade de acções claras relativamente ao *cluster* de informações sobre o comércio, pois há empresas que produzem produtos africanos de alta qualidade que competem nos mercados europeus, mas muito pouco tem sido feito para que os mesmos sejam comercializados nos mercados dos

países africanos. A Indústria Farmacêutica Argelina foi dada como um exemplo.

- Há necessidade de acções para abordar no Plano de Acção a componente de infra-estruturas de normas e garantia de qualidade nos países africanos.
- Há necessidade de estatísticas fiáveis do comércio que mostram o nível de comércio entre África e o resto do mundo, do comércio intra-africano e, mais importante, o nível das trocas comerciais entre as CER.
- Há necessidade de indicar no documento o aumento percentual previsto no volume de comércio intra-africano e o tempo que seria necessário para alcançar o referido aumento.
- O Conselho Africano do Comércio e Integração (ATIC) e a Conferência dos Ministros da Integração devem ser suprimidos da Arquitetura proposta.
- O Conselho Africano do Comércio e Integração (ATIC) pode ser substituído por um Comité Africano de Alto Nível para o Comércio (HATC), cujos Termos de Referência detalhados devem ser desenvolvidos em conformidade.
- Há necessidade de desenvolver ou reforçar a capacidade dos países africanos para recolher estatísticas precisas sobre o comércio intra-africano. As referidas estatísticas são de vital importância para a formulação de políticas comerciais e de integração regional.
- Os documentos devem promover o uso do Imposto sobre o Valor Acrescentado ao invés do direito aduaneiro como fonte de receita para os governos.
- Há necessidade de destacar nos documentos conceptuais o efeito das preferências comerciais que os países africanos têm recebido de outros países, bem como outros acordos comerciais com terceiros, e como isto poderia afectar os esforços para impulsionar o comércio intra-africano. Neste contexto, a reunião notou que as preferências comerciais que os países africanos recebem de países desenvolvidos criam algum nível de dependência que não é do interesse do continente.

- O plano de acção deve ser “*orçamentado*” com valores monetários realistas, indicando os custos de implementação do Plano de Acção.
- Há necessidade de avaliar o processo de integração continental desde o início da implementação do Tratado de Abuja. Há igualmente necessidade de levar a cabo uma avaliação com vista a obter informações sobre como os Estados-membros estão a abordar a questão da Racionalização das CER no continente.
- Os Documentos devem beneficiar das contribuições dos Peritos em Comércio nas capitais dos Estados-membros.

6. O Embaixador da Zâmbia fez uma breve apresentação sobre a possibilidade de criar uma Comunidade Tripartida para as regiões Central, Ocidental e do Norte. Destacou os desenvolvimentos positivos que resultaram na criação da Zona de Comércio Livre Tripartida SADC-COMESA-EAC na África Oriental e Austral. Sugeriu-se então que um acordo semelhante poderia ser duplicado nas Comunidades Económicas Regionais na África Central, Ocidental e do Norte.

7. Nas discussões que se seguiram sobre a questão, observou-se que não havia necessidade de um processo de consultas entre os países que estarão envolvidos no acordo proposto. A Comissão foi convidada a analisar a proposta e outras modalidades práticas antes de dar seguimento ao assunto.

Participação do Subcomité nas actividades do Departamento de Comércio e Indústria que antecede a Cimeira.

8. Alguns membros do Subcomité participaram no Fórum do Comércio em Adis Abeba, de 22 a 24 de Novembro, no workshop preparatório para a 8ª Conferência Ministerial da OMC, em Acra, nos dias 27 e 28 de Novembro, e na 7ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio, também em Acra, de 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2011. Estes eventos serviram como uma oportunidade para fortalecer as delegações das capitais e enriquecer o debate e os resultados das reuniões.

Reunião de 9 de Dezembro de 2011

9. O objectivo principal da reunião era fazer um balanço do resultado da reunião dos Ministros do Comércio realizada em Acra e traçar a via a seguir. O Vice-presidente, que estava presente na reunião, realçou a importância do Subcomité em relação aos desenvolvimentos na economia mundial em geral e a possibilidade de uma recessão económica na Europa. Referiu que a Europa é o maior parceiro comercial de África, e, nesta perspectiva, uma recessão económica teria consequências negativas sobre as exportações de África para a Europa e provocaria um abrandamento do crescimento

económico e do desenvolvimento em África. Acrescentou que, daqui para frente, uma das formas de fazer face ao desafio é promover o comércio intra-africano e Sul-Sul.

10. Posteriormente, o Subcomité foi informado oficialmente das conclusões da Conferência dos Ministros do Comércio realizada em Acra. Os participantes foram informados de que os Estados-membros reiteraram o seu compromisso de criar uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL), em conformidade com a 6ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros do Comércio, realizada em Kigali (Ruanda), em Novembro de 2010. A Conferência de Acra analisou e aprovou a arquitectura proposta e o Plano de Acção para a Promoção do Comércio Intra-africano. Relativamente à criação de uma ZCCL proposta, foi referido que este objectivo deve ser perseguido por uma coligação de países dispostos e com base nos êxitos que foram alcançados com as Zonas Regionais de Comércio Livre. Os receios dos países indecisos foram dissipados pelo facto de alguns países terem conhecido um aumento de receitas como resultado da liberalização do comércio regional.

11. O Subcomité foi informado que a arquitectura de governação proposta será utilizada para partilhar boas práticas entre as CERs. O Comité Africano de Alto Nível para o Comércio (HATC) será composto pelos actuais Presidentes das Comunidades Económicas Regionais a nível dos Chefes de Estado. O Painel receberá os relatórios da Conferência da União Africana dos Ministros do Comércio. A Conferência dos Ministros do Comércio irá examinar as acções implementadas a nível nacional e regional com relação à aplicação de políticas apropriadas relacionadas com a agricultura, comércio, finanças, industrialização, facilitação do comércio e questões relacionadas com o mercado interno, com vista a promover o comércio intra-africano. Serão apresentados aos Ministros relatórios intercalares sobre os desenvolvimentos nacionais e regionais pelos vários Comités e instituições que fazem parte da arquitectura proposta.

12. O Subcomité foi informado que os Ministros concordaram em criar a ZCCL até 2017 com a possibilidade de uma revisão, dependendo dos progressos nas negociações e de acordo com as preferências dos Estados-membros. Os primeiros três anos, 2012-2014, serão utilizados para a conclusão das Zonas de Comércio Livre (ZCL) pela Comunidade Tripartida COMESA-EAC-SADC e através de acordos semelhantes para a Iniciativa Tripartida pelos Estados Membros nas partes setentrional, central e ocidental de África. As negociações para a criação da ZCCL entre as Zonas de Comércio Livre e a Tripartida terão lugar entre 2015 e 2016, culminando com a ZCCL em 2017.

13. Daqui para frente, a Comissão da União Africana irá desenvolver planos e modalidades de implementação para a prossecução de processos ZCCL nas seguintes áreas: modalidades para as negociações, determinação de cronogramas para término gradual dos direitos aduaneiros, harmonização das regras de origem, simplificação da nomenclatura e dos procedimentos aduaneiros, eliminação das barreiras não pautais,

concepção de mecanismos apropriados de defesa comercial e desenvolvimento de mecanismos de ajustamento de custo.

14. Nas discussões que se seguiram, foram levantadas as seguintes questões:

- Apesar de haver potencial para as empresas africanas fazerem negócio, observa-se uma falta de informação generalizada sobre as oportunidades de negócio no continente e, em alguns casos, empresas africanas mostram-se relutantes em fazer negócios com outras empresas africanas.
- Para a África fomentar o comércio intra-africano, é necessário modernizar as infra-estruturas nacionais e regionais nessas zonas, como vias ferroviárias, estradas e instalações portuárias, entre outras.
- Reduzir os direitos alfandegários não basta. É preciso encontrar vias para assegurar que os procedimentos aduaneiros facilitem o comércio.
- Conforme solicitado pela Conferência Ministerial, a Comissão da UA deve agora concentrar as atenções na elaboração das modalidades para a concretização da ZCCL. Nesse sentido, existe a necessidade de conceber estratégias destinadas a aumentar o nível do comércio intra-regional na África Central, onde as estatísticas sobre comércio indicam que o comércio é inferior a menos de 2% do comércio geral do continente.
- No que concerne à proposta segundo a qual os litígios que surgirem na aplicação da ZCCL sejam levados para o Tribunal da UA, foi proposto que fossem elaboradas modalidades para a resolução dos litígios antes que as questões sejam levadas para o tribunal.

15. Quanto à proposta para um Sistema Comum e Reforçado de Preferências Comerciais para os Países Menos Avançados (PMAs) e Países de Baixo Rendimento (PBR), os participantes foram informados que os Ministros do Comércio homologaram a proposta e esta será agora apresentada ao G20 e a outros parceiros de desenvolvimento. A proposta foi formulada de tal forma que apenas os países africanos poderão beneficiar e se for implementada, ajudará os países africanos a aperfeiçoar a sua capacidade nos sectores dinâmicos da economia, como o da manufacturação e a melhorar a sua competitividade. Os participantes foram ainda informados que alguns membros da União Europeia são favoráveis à proposta.

16. O Subcomité recebeu informações sobre o ponto de situação das negociações em torno da Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD) e sobre os preparativos para a 8ª Conferência Ministerial da OMC, agendada para 15 e 17 de Dezembro de 2011.

17. O Subcomité foi igualmente informado de que o mandato do actual Director-Geral da OMC está a chegar ao fim. Foi feita uma proposta no sentido de os países africanos

considerarem apoiar um candidato africano credível para eleição como próximo Director-Geral da OMC. Desde que a OMC foi criada, nunca houve um Director-Geral proveniente de África.

Conclusão

18. Tanto o Subcomité como a Comissão manifestaram a sua satisfação pelas excelentes relações de trabalho que prevaleceram entre si durante o referido período, e comprometeram-se a reforçar a sua cooperação com vista a assegurar que a implementação dos resultados da Cimeira de Janeiro, subordinada ao tema “Promoção do Comércio Intra-africano”, beneficie o continente.

2012

Report of The PRC sub-committee on economic and trade matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4119>

Downloaded from African Union Common Repository